

Projeto-Voto n.º 20/XVI/1ª

De condenação, ao Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e às palavras por ele proferidas, por reforçar a ideia de reparação e afirmar que Portugal deve pagar indemnizações pelo seu passado histórico nas antigas colónias

As recentes declarações do Sr. Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ao sugerir a ideia de reparação e que Portugal deve pagar indemnizações pelo seu passado histórico nas antigas colónias, representam no entender do CHEGA uma traição a Portugal, ao povo português e à própria história de Portugal.

E representam uma traição porque a proposta de indemnizações e reparações financeiras às antigas colónias não considera adequadamente e de forma imparcial a complexidade das relações históricas, os esforços de desenvolvimento já realizados por Portugal, os milhões de portugueses altamente lesados pelo processo de descolonização e as consequências potencialmente prejudiciais de tal ação. O CHEGA considera que tal proposta é, não apenas impraticável, mas também profundamente insultuosa para Portugal e o povo português, por não considerar uma série de realidades históricas, económicas e sociais. As relações entre Portugal e as suas colónias não podem ser simplificadas a uma narrativa de opressor e oprimido. Sempre existiram interações económicas, políticas, sociais e culturais que moldaram a metrópole e as então províncias ultramarinas.

Para começar, é crucial reconhecer que as práticas da época, embora agora possam ser vistas em alguns casos como moralmente repreensíveis, eram comuns entre muitas nações e não exclusivas a Portugal. A tentativa de aplicar retroativamente os padrões éticos contemporâneos a períodos históricos anteriores pode resultar numa simplificação excessiva e numa compreensão distorcida dos eventos passados. Um Presidente da República não pode cometer este erro!

Da mesma forma, Portugal investiu significativamente nas suas antigas colónias, não apenas em infraestruturas, mas também em educação, saúde e desenvolvimento social e cultural.

Portugal não foi um mero ocupante; foi um construtor de nações, deixando um legado que, em muitos casos, ainda hoje sustenta esses países e territórios. Propor indemnizações sem reconhecer essas contribuições é desvalorizar os esforços e os recursos dedicados por Portugal, muitas vezes em detrimento da própria metrópole, ao longo de séculos. A língua portuguesa, a religião católica, as tradições e os valores transmitidos formam a espinha dorsal de muitas destas sociedades. Este intercâmbio cultural, que moldou de forma indelével a identidade de várias nações, parece ser completamente desconsiderado nesta ideia absurda do Sr. Presidente da República.

Igualmente grave, as declarações do Sr. Presidente da República falham estrondosamente ao não reconhecer a dolorosa história dos portugueses, mais de 600.000, que se viram obrigados a abandonar as antigas colónias, muitas vezes trazendo apenas a roupa do corpo e deixando uma vida inteira para trás. Estes portugueses, que contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento das colónias, regressaram a uma Pátria que pouco tinha para lhes oferecer, e muitos ainda lutam com as consequências dessa deslocação forçada. Pretender Indemnizar e reparar as antigas colónias sem considerar as perdas destes cidadãos é um ato de injustiça atroz!

De igual modo, propor indemnizações às antigas colónias sem nunca referir medidas de reconhecimento e compensação dignas para os antigos combatentes, ignora o sacrifício pessoal destes homens e suas famílias e perpetua uma injustiça ao não valorizar igualmente todas as partes protagonistas da história colonial de Portugal. Seria um reconhecimento incompleto das complexidades e dos custos humanos envolvidos na história colonial e pós-colonial de Portugal, sugerindo que algumas perdas e sacrifícios são mais dignos de reconhecimento do que outros. Uma traição a Portugal!

Pelo exposto, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República, vem assim manifestar a sua mais profunda e severa condenação ao Sr. Presidente da República, e às palavras por ele proferidas, por reforçar a ideia de reparação e afirmar que Portugal deve pagar indemnizações pelo seu passado histórico nas antigas colónias.

Palácio de São Bento, 28 de abril de 2024

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,